



Nº 31 - JAN/FEV 2022

REVISTA

RECONEXÃO PERIFÉRIAS

FOTO: ACERVO DO BLOCO AFRO PRETINHOSIDADE



2022: um ano de disputas, todos os dias!

**Sheila de Carvalho: é
hora de polarização**

**Artigo: A agenda de
violência e segurança**

AGENDA DE LUTAS FEVEREIRO DE 2022



FUNDAÇÃO
Perseu Abramo
Partido dos Trabalhadores



2022: um ano de disputas, todos os dias!

O ano de 2022 já inicia com um forte debate público sobre as eleições presidenciais. Os principais nomes estão colocados, e o cenário começa a ser desenhado também nos estados, nas candidaturas para o governo e para as bancadas estaduais e federal. Nós, do Projeto Reconexão Periferias, queremos fazer um chamado à reflexão nesse momento, para pensar sobre o papel que as periferias brasileiras podem ter nessas disputas eleitorais, mas, para além, nas disputas sociais estruturais e também nas cotidianas.

A conjuntura atual é mais complexa e difícil do que aquela encontrada pela esquerda brasileira em 2002. Há uma enorme insatisfação da população em relação ao Estado e à política em geral. E há de se considerar que

o tempo da necessidade das pessoas e o tempo da política não caminham juntos. As periferias têm pressa, precisam de políticas públicas agora, devem ter o direito de viver dignamente desde já, querem resolver seus problemas atuais urgentes, e uma eleição não será suficiente para aglutinar forças e reverter imediatamente a destruição que estão fazendo com o Brasil desde o golpe que tirou Dilma do poder.

Neste cenário, o Reconexão quer estar junto daqueles e daquelas que topem unir forças para disputar um programa de reconstrução do Brasil. De nossa parte, dentro de nossos limites e ousadias, seguiremos na busca por processos participativos de construção coletiva, centralizando nossos esforços no diálogo, troca e escuta com os movi-

mentos mapeados e aliados, fortalecendo assim a organização coletiva local e ampliando, cada vez mais, a voz que já vem dos territórios.

Nesse sentido, dando visibilidade ao que os territórios estão fazendo, trazemos o artigo de Adriana Margutti, mestra em ciências florestais, coordenadora do Coletivo Florestal Cagaita, que trata da importância do fortalecimento de organizações de base de povos e comunidades tradicionais para o efetivo combate às mudanças climáticas e redução das desigualdades sociais no Brasil.

A entrevista do mês é com a jovem advogada Sheila Carvalho, que vem se consolidando uma potente voz do movimento negro brasileiro. Após uma temporada de estudos e trabalhos na Organização das Nações

PROJETO RECONEXÃO PERIFERIAS ■ **DIRETOR RESPONSÁVEL** ARTUR HENRIQUE DA SILVA SANTOS ■ **COORDENADOR DO PROJETO** PAULO CÉSAR RAMOS ■ **EQUIPE** ISAÍAS DALLE, JAQUELINE LIMA SANTOS, JULIANA BORGES, LÉA MARQUES, MATHEUS TANCREDO TOLEDO, SOFIA TOLEDO, VICTORIA LUSTOSA BRAGA, VILMA BOKANY ■ **COLABORADORES** SOLANGE GONÇALVES LUCIANO, THIAGO SILVEIRA, WEBER LOPES GÓES ■ **EDIÇÃO** LÉA MARQUES E ROSE SILVA ■ **REVISÃO** ISAÍAS DALLE ■ **PRODUÇÃO EDITORIAL** CAMILA ROMA ■ **PROJETO GRÁFICO** CACO BISOL ■ **DIRETORIA EXECUTIVA DA FUNDAÇÃO PERSEU ABRAMO** ALOIZIO MERCADANTE (PRESIDENTE), VÍMAM FARIAS (VICE-PRESIDENTA), DIRETORES: ALBERTO CANTALICE, ARTUR HENRIQUE, CARLOS HENRIQUE ÁRABE, ELEN COUTINHO, JÉSSICA ITALOEMA, JORGE BITTAR E LUIZ CAETANO

Unidas (ONU), foi escolhida, em 2020, como a afrodescendente mais influente entre as que participaram com ela daquele período na organização. Aqui, milita na Coalizão Negra por Direitos, na Uneafro e no grupo de advogados Prerrogativas.

Na seção novos atores, conversamos com Laura Sito, primeira mulher negra eleita para a Câmara de Vereadores de Porto Alegre em mais de 200 anos de história, servidora aprovada em concurso público, filha de trabalhadora doméstica solteira e mãe do Pedro. Laura afirma que, apesar de ser um “caminho duro”, é necessário ter mais pessoas na política institucional que queiram realmente mudar o estado das coisas e ser “protagonistas da história de nosso país.”

O coletivo mapeado que apresentamos é o “Bloco Afro Pretinhosidade”, que surgiu com o objetivo de ser efetivamente uma iniciativa preta, um espaço de referência da cidade de Curitiba. Hoje o projeto

tem a participação de cerca de 40 pessoas e atua muito além do carnaval, com os objetivos de empoderamento, ensino, quebra de barreiras e estímulo a movimentações artísticas. Cláudia Maria Ferreria, uma das fundadoras do bloco, acredita que ele seja um coletivo de referência, ancestralidade e autonomia preta.

A consultora da área de violência do projeto Reconexão Periferias (FPA) Juliana Borges trata em artigo da questão da violência. Para ela, alguns temas são latentes e muitos outros são inevitáveis de serem enfrentados nesse campo: segurança pública, política criminal e relações raciais. No texto, ela trata do aumento de armas no país e da redução de homicídios.

Por fim, queremos deixar a letra de um funk como mensagem de reflexão para o início desse ano. A música “Hit do ano”, escrita por Mc Kevin e Mc Hariel, da qual aqui recortamos apenas um trecho, conecta-se diretamente com a mensagem

geral de nosso editorial do mês:

“Favela pede paz, cultura e muito mais

Manchetes e jornais fala nada com nada

Se eles não faz, nós faz juntos somos capaz

Só peço ao nosso Pai olhai pelas quebrada

A playboyzada quer ver o gueto se destruir

Tu ainda não se ligou que isso é uma cilada?

Nós estamos no mesmo mar, mas não no mesmo barco

Os filha da put* tão de iate, nós barca furada

E se o mar ficar revolto, é nós que afunda

E muitas vezes nós têm culpa nessa palhaçada

Não vende voto, é você que aperta a urna

E nada muda na cúpula e também lá na quebrada”

Boa leitura! Boas lutas!

Conexão de Saberes forma ativistas sociais para elaborar e gerir projetos

ADRIANA MARGUTTI

ADRIANA MARGUTTI
É MESTRA EM
CIÊNCIAS FLORESTAIS,
COORDENADORA DO
COLETIVO FLORESTAL
CAGAITA, MILITANTE PELO
DESENVOLVIMENTO RURAL
SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO
NA AMÉRICA LATINA.



CATADORAS DE MANGABA. FOTO: DIVULGAÇÃO

O artigo trata da importância do fortalecimento de organizações de base de povos e comunidades tradicionais para o efetivo combate às mudanças climáticas e redução das desigualdades sociais no Brasil.

O Brasil é conhecido por sua sociobiodiversidade, associada aos povos dos campos, das águas e das florestas, e da mesma forma pela enorme desigualdade social que atinge esta parcela da sociedade, principal garantidora de serviços ambientais com a conservação dos

territórios tradicionais.

Os povos dos campos, das águas e das florestas representam a periferia do território rural brasileiro, e foi nesse contexto que o Coletivo Florestal Cagaita desenvolveu o projeto Conexão de Saberes que contou com o apoio das

Fundações Perseu Abramo e Friedrich Erbert, por meio do edital “Reconexão de Periferias 2020”.

O projeto teve como objetivos a formação de ativistas sociais para elaboração e gestão de projetos em parceria com entidades comunitárias de povos e comunidades

tradicionais, agricultura familiar e da reforma agrária e a formação político pedagógica das (os) envolvidas (os).

O projeto promoveu o fortalecimento institucional das organizações locais, objetivamente com a participação de 93 pessoas na jornada de formação político pedagógica, cinco projetos elaborados com a participação efetiva das associações de base de povos e comunidades tradicionais, todos de forma virtual, sendo que, destes, dois foram aprovados por fontes financiadoras e executados por duas organizações parceiras do Coletivo Cagaita. Os resultados podem ser vistos no canal do Youtube: [link](#).

São os projetos:

a) “Defesa territorial e fortalecimento da identidade sociocultural das mulheres catadoras de mangaba, Sergipe (SE)”, executado pela Associação das Catadoras de Mangaba de Indiaroba (Ascamai-SE), que compõe o Movimento das Catadoras de Mangaba do Estado de Sergipe,

com recursos da Chamada Nº 01/2020 – ONU Mulheres Brasil.

b) “Formação Digital para a Defesa dos Territórios e Valorização da Identidade das Comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto, da Região de Canudos, Uauá e Curaçá (CUC)”, executado pela Articulação Regional Das comunidades Tradicionais de Fundo de Pasto da Região CUC, com recursos do Fundo Casa Socioambiental.

No próximo período, devido às catástrofes climáticas, inclusive a pandemia de Covid-19, veremos o esverdeamento do capitalismo, com a descarbonização das economias globais. Porém, muitas das medidas que representam o esverdeamento do capitalismo se desenvolvem sobre o avanço das terras tradicionais e não contemplam ações de fato de redução das desigualdades sociais. Ou seja, não apresentam alternativas reais para o combate às mudanças climáticas.

Nesse cenário, os povos dos campos, das águas e

das florestas seguem se organizando e resistindo ao avanço do capitalismo verde, construindo alternativas de desenvolvimento social e econômico que considerem a importância da sociobiodiversidade para a sociedade brasileira e global. O edital “Reconexão de Periferias 2020” foi uma iniciativa de importante contribuição nesse processo, pois, com o apoio a projetos como o Conexões de Saberes, apoiou organizações de base, possibilitando a formação de quadros locais e fortalecendo a conservação da sociobiodiversidade. ■

A esquerda precisa entender que antirracismo não é luta só de negro

ISAÍAS DALLE

FOTO: ARQUIVO PESSOAL



A jovem advogada Sheila de Carvalho vem se consolidando uma potente voz do movimento negro brasileiro. Após uma temporada de estudos e trabalhos na Organização das Nações Unidas (ONU), foi escolhida, em 2020, como a afrodescendente mais

influyente entre aquelas que, do mundo inteiro, participaram com ela daquele período na organização. Aqui, milita na Coalizão Negra por Direitos, na Uneafro e no grupo de advogados Prerrogativas. Ela voa alto, mas permanece perto. Entre suas iniciativas, ajudou a criar o projeto KombAtiva, uma perua que percorre as periferias para debater o conceito de direitos humanos e ajudar a popularizar o acesso a eles.

Sheila afirma que a pauta antirracista deve ser assumida com ênfase pela esquerda, especialmente na campanha eleitoral de 2022, por, entre outras razões, ser capaz de simbolizar a antítese do projeto de extrema-direita e de derrotá-lo, como aconteceu recentemente nos Estados Unidos.

Acompanhe a entrevista:

O que você achou das manifestações contra o assassinato do congolês Moise, ocorridas em diversas cidades? Foi o que você esperava?

Eu acho que são manifestações extremamente necessárias, é importante que a gente ocupe as

ruas nesse processo de denúncia do que acontece com as vidas negras em nosso país. Não só as que aqui nasceram, mas as vidas negras que para cá vieram. A Coalizão Negra por Direitos, essa articulação nacional da qual eu faço parte, era uma das organizações que estavam liderando as

manifestações nos estados. Foi superimportante o engajamento de vários coletivos e movimentos para além do Rio de Janeiro, a gente conseguiu ter a repercussão dessa denúncia nas ruas. Pessoas que querem justiça, reparação. Que querem que mude o tratamento que o Estado brasileiro sempre deu a imigrantes da África e de países negros. Infelizmente, o que a gente viu, o que aconteceu no Rio de Janeiro, não é algo que ocorra de uma forma episódica, ao contrário, é uma violência tão constante que raramente sensibiliza e mobiliza, por ser assim tão cotidiana. No final, o que acontece é que a sociedade se acostumou a viver dentro dessa lógica de barbárie, um lugar em que são dizimadas diariamente vidas negras e ninguém é responsável por isso. O ruim das manifestações é que elas ficam ali, dentro de grupos específicos que lutam pela vida negra, ou seja, movimentos negros, coletivos negros. Nesse caso específico, trouxeram coletivos que atuam na agenda de imigrantes

e refugiados. Mas, e aí eu amplio a crítica para vários grupos de esquerda, muitos não costumam aderir a manifestações que têm por finalidade a defesa de vidas negras. A gente consegue elencar pouquíssimas situações em que esses grupos mais progressistas, que costumam ocupar as ruas, foram às ruas para defender as vidas negras, denunciar um homicídio bárbaro como a gente viu caso do Moïse. Que usam ali dos seus espaços para denunciar esse racismo que a gente vive todos os dias. Então, tem um lado positivo de que as ruas continuam tendo um papel importante para dar visibilidade a essas violações, mas há também essa dificuldade nossa de fazer com que vire uma agenda de um amplo setor progressista no Brasil, e não só do movimento negro. Considerando que a maior parte da população brasileira é negra e que o racismo ocupa um lugar central na nossa sociedade, essa deve ser uma agenda prioritária para a construção de uma sociedade mais justa e

igualitária.

Você arrisca uma explicação para essa baixa adesão? Parece que você a considerou baixa. O que é preciso para ampliar essa mobilização? Um título de reportagem da imprensa estrangeira sobre o Brasil estampava o seguinte: 'Um George Floyd a cada 23 minutos'. O que está faltando para isso pegar fogo?

Acho que a gente vive em constante negação do racismo na nossa sociedade. E da responsabilidade que a gente tem em relação ao enfrentamento disso. O que a gente acha muitas vezes é que o racismo é uma agenda só de negro, que não deveria ocupar tanto espaço assim. Mas o racismo está interseccionado, relacionado a todas as áreas que a gente vive. Se a gente pensa economia, tem que pensar no impacto do racismo. Se pensa segurança, tem que pensar como o racismo impacta nessas políticas, se pensa saúde, educação, o racismo se coloca de uma forma diferente para determinar quem vai ter acesso a certos direitos e quem não vai ter. E por

muito tempo a gente negou que o racismo existisse na sociedade brasileira. Então é muito comum o mito, que já víamos como superado, o conto de fadas da democracia racial. Essa foi a tese preponderante por boa parte da nossa existência enquanto país. E hoje se sabe que isso não existe. Mas temos muita dificuldade de exercer isso na prática. Então, o que os movimentos progressistas, de esquerda, que normalmente são predominantemente brancos, liderados por pessoas brancas, precisam entender, é que quando a gente está falando de uma luta antirracista, também está falando da mesma luta. Está falando de uma responsabilidade comunitária, de uma responsabilidade de todas e todos nesse enfrentamento. Porque a raça estrutura e organiza toda a nossa sociedade. A raça organiza as nossas desigualdades no Brasil. É isso que a gente não consegue muitas vezes enxergar. O papel que o racismo tem nas relações de direito e o papel que o racismo tem na constru-

ção de políticas públicas ou na desconstrução de políticas públicas. Não estamos falando de uma agenda que tem de ficar segmentada em uma secretaria, uma pasta. E sim de algo tão estrutural quanto classe. E as dinâmicas são diferentes, apesar de o racismo ser um fenômeno global, em cada país os processos de formação são diferentes. Enquanto aqui no Brasil a gente foi para essa lógica de harmonia entre as raças, de miscigenação, de democracia racial depois da ruptura legal da escravidão, nos Estados Unidos eles viveram o período de segregação. Então, você rompe a escravidão, mas continuam as políticas formais de segregação. Aqui sempre houve essas políticas de segregação, só que nunca foram formalizadas. Então quando se estabelecem essas leis mais explícitas nos Estados Unidos, se cria uma reação mais forte. Aqui, como isso não era formalmente descrito, mas acontecia na prática, a reação sempre foi outra, o processo de enfrentamen-

to foi diferente. Então hoje a gente vê como isso impacta inclusive nos casos de violência, a gente realmente tem um George Floyd a cada 23 minutos. Imagine como explicar, nos Estados Unidos, que somos um país em que se permite que a polícia, a força armada do Estado, entre na casa das pessoas, atire em crianças negras, e nada acontece. E nada acontece porque isso ocorre com uma frequência absurda. O cotidiano banaliza o que não poderia ser banalizado. A gente coloca a desvalorização da vida a tal ponto, que nem consegue mobilizar quando esses casos acontecem. E é uma política de morte que se opera de muitas formas diferentes, e não se pode esquecer que ela também se opera pela privação de direitos, cerceando o acesso à saúde, educação, emprego, alimentação, levando as pessoas a uma vida tão ruim que pode levar à morte. Isso sem falar na morte simbólica, através do processo de encarceramento em massa no Brasil. Aquela vida negra que não é eliminada, e



A KOMBATIVA SURTIU COMO ESPAÇO ITINERANTE DE DIREITOS HUMANOS QUE PERCORRE AS COMUNIDADES. FOTO: ACERVO PESSOAL

não consegue ser aproveitada para exploração da sua força de trabalho, que não se enquadra dentro dessas perspectivas, eles encarceram. Uma pessoa que sai do cárcere nunca mais consegue recuperar o exercício pleno da vida.

Estamos em um ano eleitoral. Você acha que podemos aproveitar a oportunidade para interferir na lógica de campanha?

Acho que estamos no momento muito propício para o enfrentamento disso, para uma centralidade da questão racial no debate eleitoral que a gente nunca teve antes. O próprio presidente Lula tem colocado a questão racial de uma forma diferente nos seus discursos, quando fala da questão

de segurança pública, da violência, quando ele fala da necessidade de reformular os espaços para que se tenha uma ampla participação cidadã, acho que são sinalizações positivas a uma reivindicação que existe há muito no movimento. E acho também que o cenário é muito propício para a expansão dessa possibilidade de que haja o voto antirracista que consiga transformar as Casas Legislativas. Acredito que o voto antirracista vai se centralizar no Legislativo, infelizmente dentro do Executivo ainda continua uma chapa que não tem negros, que não tem uma participação negra de forma real e concreta. É que o Executivo ainda é um espaço em que a gente tem de avançar, dentro da

composição dos ministérios, das secretarias, há uma mobilização muito forte para fazer com que isso aconteça. Que se entenda que negros não falam apenas sobre questões de negros, falam sobre economia, relações internacionais, tecnologia e ciência, que se supere isso de que negros só existem para falar de questões raciais. Penso que a nossa chave de transformação está, sim, no Legislativo, temos candidaturas vinculadas ao movimento negro. É o que sempre digo: para mim, a representação só é significativa se estivermos falando de uma representação de agendas de ideias, de pontos em comuns, negros por negros no parlamento. Para fazer número, não é que nos interessa, a

gente quer realmente uma transformação que venha do campo progressista, ou seja, de candidaturas sejam ligadas ao movimento negro, às lutas coletivas, que tenham histórico de participação política, não só uma representação numérica. Eu vou trazer os Estados Unidos de novo – e juro que não sou imperialista nem nada –, mas é que aconteceu algo lá que seria interessante se a gente conseguisse replicar aqui de alguma forma. O que derrotou o Trump nos Estados Unidos foi a agenda Vidas Negras Importam. Se a gente acompanha ali a análise eleitoral, a agenda que ia mais de encontro ao trumpismo, às ideias quase neonazistas que o Trump refletia dentro daquela sociedade, era a agenda Vidas Negras Importam. Porque a gente sempre fala, ‘ah, precisava de alguém para polarizar com o Trump, com o Bolsonaro’. Lá eles não polarizaram com uma pessoa, eles polarizaram com uma ideia. Era uma agenda que estava tomando as ruas nos Estados Unidos por conta da

morte do George Floyd, ainda no momento pandêmico extremamente horrível, em que as vidas negras estavam sendo mais afetadas, e virou uma agenda central do debate eleitoral. Se você olhar as propagandas do Biden, vai ver que pouco ele aparecia. Ele colocava protestos colocava pessoas negras que o estavam apoiando, ele colocava faixas Vidas Negras Importam, há vários vídeos da campanha oficial que são feitos dentro dessa lógica. Eles pegaram uma ideia para polarizar com o absurdo que estava sendo colocado ali, vivido pela sociedade americana.

Enquanto muitos falam aqui em aparar arestas, não polarizar, não expor muito algumas pautas, você fala da necessidade de polarizar. Comente um pouco isso.

Eu acho que é preciso ir para o enfrentamento de ideias mesmo, para o enfrentamento de agendas. A polarização por si só não é ruim, é colocar dois cenários e trabalhar em análises em relação a isso. A mídia tradicional é que não quer que a gente pola-

rize, porque no momento em que isso acontece o outro lado tende a ficar muitas vezes prejudicado na argumentação mais consistente de quais são os projetos em cima da mesa. Hoje, dentro da sociedade brasileira é necessário polarizar sobre o que é o racismo, a defesa das vidas negras, colocar em outro lugar esse debate, que se consiga fazer com que as pessoas enxerguem uma parte da população que até hoje está invisível. O que a gente quer, mesmo, defender enquanto sociedade? A coisa desandou tanto que acredito que estamos perdidos. Qual que é o projeto do país queremos desenvolver? Estamos trabalhando numa linha do país que é possível, não necessariamente do país que nós queremos, do país que nós sonhamos. Precisamos apresentar um novo projeto, fundado na garantia de vidas, na valorização da vida, numa política de segurança que não seja bélica, uma política que envolva uma renda básica universal, acesso educacional, que cuide das crianças, da primeira infância, é esse o

país que queremos construir quando se coloca a questão da valorização da vida negra no centro.

Eu queria aproveitar uma frase sua, de outra entrevista. Você disse: “A gente tem uma sociedade avessa à ciência e à educação”. Pergunto se essa conclusão se aplica também ao desconhecimento de parte das pessoas quanto aos mecanismos de funcionamento da sociedade, sobre as causas e soluções de problemas que as pessoas sentem na pele, mas não sabem muito bem de onde vêm? Você acha que é preciso uma estratégia de longo prazo para uma educação popular diferente, que politize?

Aqui vale lembrar o Darcy Ribeiro, ele falava que a crise de educação no Brasil é um projeto. Acho que nós deveríamos nos formar para entender no mínimo como funcionam as instituições, esses sistemas. Não temos uma pedagogia que nos leve para esse caminho da emancipação, e sim uma que leva a um caminho de não questionar, preguiçoso, mecânico. Não

um caminho de expandir conhecimento, de formular questões. E isso, numa sociedade em que a informação chega de forma muito rápida, nos leva a um lugar perigoso. Acho que o inimigo muito grande hoje no sistema democrático é a desinformação. E pensar que a história do Brasil começou com uma desinformação: contam-nos que os portugueses nos descobriram, e ignoram os povos originários. Depois vem outra desinformação: a princesa Isabel aboliu a escravidão, na benevolência de seu coração, ignorando todas as revoltas que estavam acontecendo dentro dos quilombos, as resistências que se davam na sociedade brasileira à época, a pressão internacional contra o comércio enquanto o Brasil era o único a manter a escravidão enquanto prática legal. É um Brasil sustentado em desinformação. As pessoas que são formadas numa perspectiva emancipatória, quando recebem uma informação, vão no mínimo checar. Mas a maior parte da população vai receber o card

no whatsapp e vai compartilhar. Hoje nós temos uma sociedade sustentada na desinformação. E eu não sei se algum dia foi diferente. E isso impacta no nosso tema central: por quantas décadas, se não séculos, acreditamos que não existia racismo no Brasil? E por quanto tempo vamos criar fantasias acerca desse conceito, como o racismo reverso? Então, realmente, há um grande desafio: desenvolver um projeto educacional para o Brasil, formar cidadãos que façam um exercício mais crítico da sua existência.

Há projetos nesse sentido, surgidos dos movimentos sociais, como a Uneafro, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST). Você acha que, além do ensino formal, esse tipo de iniciativa pode ser replicado com a ajuda de um futuro governo progressista?

Eu vejo muita força na ação comunitária. Tentando trazer um pouco aqui também da bell hooks, ela fala como essa construção comunitária, de uma certa forma, é o exercício prático do amor,

de conseguir se enxergar no outro, ter um zelo pela saúde física, mental, a vivência daquela outra pessoa, e fazer disso um caminho em defesa da igualdade social. Eu acredito muito nessa prática comunitária. Que é o que se vive na Uneafro, nas organizações da Coalizão Negra também. Que é algo que a gente viveu na nossa campanha humanitária, apesar de ser uma articulação com incidência política, realizamos campanhas para atender de forma emergencial as comunidades, e é também um espaço de trocas, de transitar dentro das comunidades, tentar compartilhar saberes e tecnologias, vivências, enfim, em prol do comum. Para mim seria muito interessante se conseguíssemos trazer isso, na forma de filosofia, para um exercício de governo. E trazer pessoas que, de fato, são lideranças comunitárias, para ocupar os espaços das institucionalidades também. Eu sei que pessoas que só estudaram academicamente um determinado assunto são mais prestigiadas do que as vivem aquela situação

todos os dias na sua comunidade, que fazem ações concretas. Mas, enfim, as comunidades precisam estar contempladas e participar dentro das dinâmicas do exercício do poder, do Estado, porque senão vamos continuar fazendo a coisa como sempre foi feita. Eu quero muito ter fé de que teremos um governo progressista que consiga criar de fato uma gestão mais popular e que tenha como o seu pilar uma ideia de amor comunitário mesmo, de empatia pelo outro, porque acredita mesmo naquele potencial de construção, da prática efetiva que vai edificar uma sociedade mais justa e igualitária. Não sei se agora, mas eu tenho fé de que possamos trilhar esse caminho.

Sheila, conforme contou em entrevistas, chegou



num determinado momento a ficar sem esperança, e pensou em fugir para o Uruguai para vender brigadeiros. Eu queria que você contasse por que a ideia de vender brigadeiros. Mas, o mais importante é que dessa ideia surgiu a Kombi, que talvez tivesse a ver com sair dirigindo essa Kombi para vender brigadeiros, mas depois você transformou esse veículo num projeto de assistência jurídica itinerante gratuita, junto com o seu pai. O projeto se chama KombAtiva. É também um trabalho de educação popular e de militância. Por que brigadeiros, por que Uruguai, e como está a KombAtiva?

A KombAtiva surgiu naquela depressão pós-eleitoral que a gente vivia em 2018. Quando perdemos as eleições para o Bolsonaro, na minha concepção, não perdemos

SHEILA NA ONU (À ESQ.). FOTO: ARQUIVO PESSOAL

só o processo eleitoral, e sim uma visão de mundo. Uma sociedade resguardada na garantia de direito, dos direitos humanos, que é uma linha que eu trabalho no exercício da advocacia. A KomBativa surge como um espaço Itinerante, um veículo de direitos humanos, porque era nossa avaliação ali, no grupo de defensores dos direitos humanos de diversos segmentos – direito, jornalismo, arquitetura, urbanismo, políticas públicas, economia, enfim, pessoas de diversas áreas que se identificam como defensores e defensoras dos direitos humanos – é que a gente precisava voltar a falar sobre direitos humanos com as nossas comunidades. Todos os ali eram sua maioria defensores que vinham da periferia paulistana que tiveram essa vivência, que conseguiram acessar a universidade pública por políticas educacionais formuladas, muitas delas, na época do governo Lula e do governo Dilma, que viam naquela situação de que tudo aquilo que a gente passou e conquistou esta-

va numa situação de risco. E a KombAtiva seria nosso veículo de direitos humanos, é uma forma de voltar para esse espaço comunitário, periférico, e falar de direitos humanos, falar de direitos, falar de política e fazer uma espécie de “vira-voto” dos direitos humanos, como havia sido feito durante o processo eleitoral. Qual a concepção que as pessoas têm de direitos humanos, inclusive nas periferias? Quem tem acesso aos direitos humanos no Brasil é uma pequena parcela da população. A ideia não era ir numa perspectiva de formação, educacional, mas de troca, mesmo, de diálogo. Qual que é a sua percepção, qual é a minha percepção? Senta aqui, come um bolo comigo, toma um café, vamos conversar, vamos discutir. A gente levava uma espécie de cartilha, que tinha alguns números e acessos que poderiam ser interessantes assim, que envolvia tanto a Defensoria Pública, como Conselho Tutelar, Conselho da Mulher, espaços institucionais que poderiam servir em algum momento de necessidade.

E muitos se aproximavam para conversar, falar sobre onde faltavam direitos humanos no bairro, e era engraçado: falavam de falta d’água, da creche que fechou, da coleta de lixo que não passava... e tudo isso são questões de direitos humanos. Acho que foi interessante no tempo que ficamos rodando, paramos por conta da pandemia, mas a perspectiva é que seja possível a voltar com a KombAtiva especialmente dentro dessa expectativa eleitoral. Vai ser importante falar de direitos humanos. Percorremos igrejas, escolas, praças, foi uma experiência bem interessante de diálogo comunitário. Esse tipo de iniciativa pode ser feito pelas pessoas, em suas casas, são quase comitês caseiros de resistência democrática. O nosso acontece numa Kombi. Mas a Kombi surgiu mesmo pela vontade de ir ao Uruguai, depois da vitória do Bolsonaro. E brigadeiro, porque eu gosto de brigadeiro, é uma coisa que todo mundo gosta, mas só brasileiro saber fazer. Pensei que pudesse vender... Mas foi um delírio bem

momentâneo, depois de dois dias surgiu o projeto da KombAtiva, que é bem mais divertido. Agora, a ideia é que a Kombi passe a ser um escritório de direitos humanos, também, para os territórios.

Você tem como lema uma frase do ex-presidente José Mujica, que disse pra você numa conversa: “Militância e paciência”. São as suas chaves para essa luta. Ao mesmo tempo, você diz que a raiva é um combustível pra você. Como a gente combina essas coisas, paciência e raiva?

(Risos). É difícil. Acho que se devem trabalhar as duas ideias diferentes. A raiva, porque eu acho que não se pode ser apática diante do que está acontecendo, e é muito difícil não sentir raiva. E tem de ser impossível não sentir raiva, a raiva ela realmente tem que ser uma força motriz, porque se a gente vira apática frente a este cenário de violação não consegue revertê-lo. Deus me livre da apatia, não quero jamais. Uma escritora, a Brittainy Cherry, que trabalha muito essa questão da raiva como força

motriz, diz que a raiva pode ser muito benéfica, tem potencial, e é melhor aplicá-la num processo de revolucionar o mundo, do que adoecer por conta dela. Realmente, é a raiva que me faz levantar toda manhã pra tentar transformar essa sociedade. Mas, apesar da raiva, é o que eu falei, a gente também tem um amor que é necessário, na linha da bell hooks, da questão da prática comunitária enquanto um exercício de afeto, de respeitar o afeto por aqueles próximos dentro dessa sociedade. E vai muito na linha do Mujica, quando disse pra mim: ‘Paciência e militância’. Era 2015. Ele estava em São Bernardo, antes de tudo ruir, e estava falando que havia um movimento na América Latina de pessoas que queriam destruir tudo aquilo que pessoas como ele levaram uma vida inteira para construir. Disse que nós agora, jovens, é que tínhamos a missão de conseguir lutar para isso. E que só havia dois ingredientes, paciência e militância. Militância porque não há nenhuma

transformação que vai ser feita fora do coletivo. A gente não consegue mudar a sociedade sozinho. E que não é possível fazer a militância sem paciência (risos), então é o primeiro que completa o outro. Eu faço parte de uma geração que acreditou que podia tudo. E aí chegamos numa sociedade destruída, em que a gente pode muito pouco, ou quase nada. Então, podemos proporcionar que essa juventude volte a sonhar, a viver. Eu levo um pouco o Mujica comigo. ■

A agenda de violência e segurança pública em 2022 – parte 1*

JULIANA BORGES



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Em geral, não é muito fácil se apresentar como pesquisadora de “violência”, principalmente sobre encarceramento e política criminal. Os olhares de retorno podem ser divididos entre “puxa, que pedrada!”, “mas, por que?”, “nossa!”, ou até mesmo fazer com que

você fique um tempinho a mais na imigração explicando sobre sua pesquisa. Todo mundo sabe que a temática da violência nos atravessa e mobiliza diversificadas respostas e reações. Todos sabemos que, nos últimos anos, e por uma série de razões, essa questão tem ganhado centra-

lidade. Mas, em geral, as respostas apresentadas não têm garantido os resultados desejados. Os e as especialistas do tema são olhados com certa desconfiança, apesar de historicamente serem pesquisadores ativos na atuação e presença na formulação de políticas públicas. E a desconfiança paira porque esses especialistas não têm respostas fáceis e confortáveis.

O tempo político-eleitoral é muito mais dinâmico, demanda rapidez, propostas de impacto no curto prazo. De um lado, quando as propostas de curto prazo chegam, envolvem aspectos das dinâmicas sociais e institucionais que poucos querem enfrentar. Por outro, não é possível tratar com superficialidade uma questão que é fundadora da nossa história. A filósofa Mari- lena Chauí, inclusive, em suas diversas formulações acerca do cerne da socie-

JULIANA BORGES É CONSULTORA DA ÁREA DE VIOLÊNCIA DO PROJETO RECONEXÃO PERIFÉRIAS (FPA). ESTUDA POLÍTICA CRIMINAL E RELAÇÕES RACIAIS. É CONSELHEIRA DA PLATAFORMA BRASILEIRA DE POLÍTICA DE DROGAS. AUTORA DOS LIVROS “ENCARCERAMENTO EM MASSA” (JANDAÍRA, 2019) E “PRISÕES: ESPELHOS DE NÓS” (TODAVIA, 2020).

dade brasileira, apresenta a violência como um mito fundacional. É a nossa pedra fundamental. A direita tem avançado nos flancos de combate, radicalizando o tema de tal forma que o jogo tem se invertido e políticas de guerra têm ocupado o espaço de políticas de bem-estar. Como se o que garantisse o nosso bem, a nossa segurança, fosse uma intensificação de “policiamento”, a ampliação das forças policiais, do número de presídios, de armamentos mais potentes. Tudo isso tem sido realizado há anos e, mesmo assim, os índices de criminalidade aumentam, ou têm quedas pouco significativas. E o que o campo progressista tem feito? Em geral, nessa área, bem pouco diferente das propostas do centro e da direita.

Algumas questões são latentes e muitas outras são inevitáveis de serem enfrentadas no campo da violência, segurança pública, política criminal e relações raciais. E, nesse texto, trataremos de duas,

Segundo dados da Polícia Federal, o registro de armas de fogo triplicou no país, entre 2019 e 2021. Entre janeiro e novembro de 2021, foram registradas 188 mil novas armas, sendo 76% de cidadãos comuns.

para, em textos subsequentes, tratarmos de outras questões que vêm sendo debatidas e acumuladas com movimentos e especialistas da área de violência no âmbito do projeto Reconexão Periferias.

A primeira questão é o aumento de armas no país. Segundo dados da Polícia Federal, o registro de armas de fogo triplicou no país, entre 2019 e 2021. Entre janeiro e novembro de 2021, foram registradas 188 mil novas armas, sendo 76% de cidadãos comuns. Ao passo que houve esse aumento vertiginoso da posse

de armas por cidadãos comuns – uma saída, no mínimo, liberal, se não milicialesca, para a segurança pública –, foi registrada uma brusca diminuição na apreensão de armas (menos de 3 mil, em 2021). Especialistas do Fórum Brasileiro de Segurança Pública têm alertado recorrentemente para as problemáticas em torno disso: (a) aumento de homicídios com uso de arma de fogo; (b) aumento de feminicídios com uso de arma de fogo; (c) aumento de acidentes com crianças; (d) 80% das armas em poder de criminosos já foram legais.

Um segundo ponto da agenda é a redução de homicídios. Já é de conhecimento de todo bom ativista que, no Brasil, a cada 23 minutos um jovem negro é assassinado, que os homicídios têm cor, classe social e CEP bem definidos. Apesar da leve redução no número de homicídios no país, segundo o Monitor da Violência, parceria entre G1, Núcleo de Estudos da Violência e Fórum

Brasileiro de Segurança Pública, percebeu-se um aumento em áreas consideradas rurais e de floresta. As dinâmicas violentas e de invasões intensificadas pelo agronegócio, incentivadas pelo atual (des)governo, podem ser as motivações diante desses números. Isso já nos dá uma primeira pista quando vamos tratar da complexidade do fenômeno da violência, se formos pensar em uma necessária política nacional para a redução de homicídios que não seja simplificada como maior contingente policial e mais encarceramento. A pesquisa “Desigualdade de raça na vitimização de jovens por feminicídios e homicídios no Brasil”, desenvolvida pelo Reconexão Periferias, buscou, a partir dos cruzamentos dos dados obtidos, principalmente com foco em raça/gênero/território, analisar o impacto da violência, notadamente dos homicídios, na “experiência social do país, sobre as dinâmicas de reorganização comunitárias impostas pela violência, sobre as res-

postas possíveis à questão da violência policial e da criminalidade urbana e, sobretudo, sobre a repercussão de uma política de liberação ou de controle da produção, comércio, posse, porte e circulação de armas e munição no Brasil”. O que se verificou, de modo acentuado, é que a questão da interseccionalidade é fundamental para ser incorporada nas compreensões do progressismo brasileiro sobre como enfrentar a questão:

“De partida os dados levantados demonstraram que, nos municípios com mais de 100 mil habitantes, as variáveis relativas a Informalidade Juvenil, Proporção de Negrxs, Desemprego, Região Metropolitana (10 maiores), Adolescentes fora da escola, Mães Adolescentes, Domicílios monoparentais com chefia feminina tendem a se associar com a elevação do total de mortes violentas. E, em sentido contrário, que Informalidade, Proporção de Pobres, Rede de Esgoto e Capitais tendem a se associar com a redução do total de mortes

violentas. Estas associações nos permitem especular que a raça tem um peso especial dentro do conjunto das ocorrências de violência letal sempre em articulação com outros fatores – sociais, econômicos e identitários – que compõem uma peculiar condição de vulnerabilidade que superexpõe homens-jovens-negros, residentes nas periferias urbanas. (...) o índice de Gini torna-se significativo para o caso de mortes entre a população negra, principalmente entre jovens. Ou seja, a desigualdade social nos municípios é um fator central na incidência e vitimização da população negra no país. Além disso, outras variáveis ganham proeminência como: desemprego, informalidade e escolarização.”

Ou seja, há uma falsa dicotomia que insistentemente segue sendo difundida entre reconhecimento e redistribuição. Tanto a histórica formulação de intelectuais mulheres, negros e LGBTQI+, no Brasil, nunca trabalhou desse modo; quanto os movimentos sociais e periféricos contemporâ-

neous têm apresentado uma agenda de que: só avançaremos em redistribuição se aliarmos a agenda de reconhecimento na formulação de políticas públicas. A pesquisa sobre homicídios e feminicídios no Brasil, desenvolvida por um projeto dessa fundação, não deixa dúvidas sobre isso.

Ao passo que temos dados indiscutíveis sobre quais são os grupos mais atingidos pela violência letal no país, é importante avançarmos na compreensão de que esse tema só será de fato enfrentado com olhar transversal e intersetorial; de que diminuir índices de criminalidade passa, necessariamente, por garantir rede de esgoto e saneamento básico, por educação e trabalho formal, mas, também, e sem discussão, por uma política de segurança diferente da que vem sendo implementada e difundida pelo senso comum, que seja baseada na comunidade, no forte investimento em mediação de conflitos, em uma

Ao passo que temos dados indiscutíveis sobre quais são os grupos mais atingidos pela violência letal no país, é importante avançarmos na compreensão de que esse tema só será de fato enfrentado com olhar transversal e intersetorial; de que diminuir índices de criminalidade passa, necessariamente, por garantir rede de esgoto e saneamento básico, por educação e trabalho formal, mas, também, e sem discussão, por uma política de segurança diferente da que vem sendo implementada e difundida pelo senso comum.

política firme pela redução do porte e posse de armas, no fortalecimento de iniciativas que visem desmistificar estereótipos e façam, sim, disputas ideológicas e comportamentais. Não há para onde fugir. E a tarefa de pensar e nadar contra a maré está nas mãos daqueles e daquelas que defendem justiça, liberdade e equidade. O senso comum não nos serve, principalmente nessa temática. O “deixa disso” ou “deixa pra lá” não é uma opção plausível aos que defendem não apenas um futuro, mas o hoje com dignidade.

Se essas são as duas primeiras questões a serem enfrentadas, não nos esquivemos e façamos o debate pensando em propostas ousadas e que sinalizem para a resolução, de fato, das dinâmicas criminais sobre violência e segurança pública no país. Nosso projeto está com toda a disposição para garantir os subsídios necessários aos desafios colocados. ■

Bloco Pretinhosidade reúne ‘pretos preciosos’ muito além do Carnaval

ROSE SILVA

O Bloco Afro Pretinhosidade surgiu com o objetivo de ser efetivamente uma iniciativa preta, um espaço de referência da cidade de Curitiba. O projeto teve origem em vários momentos e sua formação atual é fruto da conexão dessas origens. Sua história começou no carnaval de 2014, quando houve repressão policial somente contra o povo negro. Injuriadas, as pessoas tiveram a ideia de fazer um bloco só de pretos, marcado pela dança e cultura afrobrasileira.



FOTOS: ACERVO DO BLOCO AFRO PRETINHOSIDADE

Em 2017, em um almoço de famílias pretas além dos laços sanguíneos, surgiu a ideia do nome “Preciosidade”, que faz referência a “pretos preciosos”. Por conta da sonoridade, passou a ser chamado de “Pretiosidade” e mudou, finalmente, para “Pretinhosidade”.

O nome do bloco foi

escolhido para refletir a identidade negra e a visão que os fundadores tinham sobre ela. Houve várias sugestões de nomes em iorubá, balanta e em português, que dialogavam com os valores africanos presentes na vida quem estava construindo o espaço e com discussões presentes em no dia a dia. O intuito era valorizar

a ancestralidade negra, uma visão de comunidade preta dentro do entendimento de todas as pessoas que se propuseram a construir.

Em 2018, em seu primeiro ensaio, o bloco nasceu com as cores branco, preto e amarelo e foi crescendo a cada dia. No mesmo ano houve a primeira saída, na Praça Santos



CLAUDIA MARIA FERREIRA É UMA DAS FUNDADORAS DO BLOCO

Andrade, até o Largo da Ordem/ Ruínas de São Francisco. A segunda saída foi da Praça Tiradentes até o Largo da Ordem. E a terceira na Vila Torres. Em 23 de fevereiro de 2020, o Pretinhosidade estreou na Marechal Deodoro, levantando a povo das arquibancadas, em um cortejo emocionante.

Hoje o projeto tem a participação de cerca de 40 pessoas e atua muito além do carnaval, com os objetivos de empode-

ramento, ensino, quebra de barreiras e estímulo a movimentações artísticas.

São realizadas atividades durante o ano todo, visando ao fortalecimento

da população negra curitibana e da região metropolitana. Suas ações de base priorizam espaços pretos, como apresentações em terreiros, feiras, arrecadação de cestas básicas, roupas, sapatos, materiais diversos para famílias negras carentes e também as não negras se assim for necessário.

De acordo com a pedagoga e professora de educação especial infantil Claudia Maria Ferreira, que participou do projeto desde o surgimento, o bloco é a materialização de vontades em comum no campo da cultura e da pesquisa. “É uma tentativa de construção de um espaço de referência preta e que seja exemplo



CORTEJO DO AFROPRETINHOSIDADE REALIZADO NO CARNAVAL DE 2020



FOTO: ACERVO DO BLOCO AFRO PRETINHOSIDADE

de organização e autonomia”, define.

Nascida em Curitiba, Claudia decidiu continuar no Afropretinhosidade porque acredita que seja um coletivo de referência, ancestralidade e autonomia, assim como os outros fundadores. Mãe de cinco filhos, ela começou a participar ativamente do movimento negro e outras questões sociais na juventude. “Tenho conhecimento e consciência de minha negritude e sempre reforcei isso para os meus filhos”, afirma.

Ela lembra que a primeira saída do bloco foi maravilhosa. “Estávamos esperando poucas

pessoas, e de repente foi surgindo muita gente de todos os lados e o centro de Curitiba escureceu. E a beleza dessa cidade finalmente foi vista, com a negritude nas ruas em forma de um só bloco. Uma só cor, a cor preta passando por Curitiba e embelezando cada parte que adentrava, foi emocionante”, diz.

A partir da situação de pandemia, o bloco, como todo o mundo, parou com os ensaios presenciais.

“Continuamos com nossas ações além do carnaval, dando ênfase às famílias que estavam sofrendo pelo desemprego, situação de rua. Fizemos várias arrecadações de alimentos,

roupas, calçados, fraldas entre outros, para atender não só Curitiba, mas também a região metropolitana, com apoio da Rede de Mulheres Negras do Paraná e da Coalizão Negra por Direitos. Conseguimos atingir mais de 100 famílias, e o movimento do bloco foi fundamental para que elas fossem atendidas num momento tão difícil como o da pandemia”, relata Claudia.

Hoje a expectativa de todos os integrantes é a retomada dos ensaios presenciais, para que seja concretizado esse legado para a população negra. ■

Quando novos atores entram em cena*

LAURA SITO, VEREADORA DE PORTO ALEGRE



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

Quando muitos gritavam a palavra de ordem “sem partido” e um certo niilismo político era estimulado a tomar conta da cena, foi ali, durante os protestos de rua de junho de 2013, que Laura Sito, por sua vez, convenceu-se de que era o momento de ingressar na política institucional e na disputa de poder de forma mais intensa.

Jornalista formada pela Federal do Rio Grande do Sul, com 30 anos de idade, primeira mulher negra eleita para a Câmara de Vereadores de Porto

Alegre em mais de 200 anos de história, servidora aprovada em concurso público, filha de trabalhadora doméstica solteira e mãe do Pedro, Laura

afirma que a consolidação de políticas públicas inclusivas, nos governos Lula e Dilma, fazem parte de sua vida. Iniciou sua militância aos 13 anos, em meio aos debates para implementação das cotas raciais. “Ser uma parlamentar do PT é mais uma tarefa de militância, entre outras que eu já tive”, conta.

Dos seus planos iniciais para o mandato, acha que tem conseguido cumpri-los?

Eu acho que os sonhos que eu tinha no início de mandato eram bem pés no chão, compreendendo a complexidade do momento em que nós estamos inseridos. Aqui em Porto Alegre nós temos o governo municipal alinhado à agenda de Bolsonaro. Portanto, ao longo do processo de construção da pré-candidatura percebi que a agenda da saúde, da vacina, a luta contra a fome, deveriam ser as minhas prioridades. En-

tão, os meus objetivos no início do mandato tinham muito a ver com isso. A gente conseguiu fazer uma pressão sobre a agenda do governo municipal em relação à reestruturação do sistema de saúde na cidade de Porto Alegre, de propor mecanismos para fortalecer a luta contra a fome e poder restabelecer um espaço de diálogo democrático na Câmara. Infelizmente, o fascismo destrói, corrói os ambientes institucionais. Isso é uma marca presente da tradição de debate que nós temos no Brasil. E eu me coloquei como alguém disposta a auxiliar nesse processo, sim. E acho que neste primeiro ano nós tivemos muito êxito. Eu aprovei um projeto em relação ao programa de aquisição de alimentos, o PAA Municipal. Pudemos aqui, enquanto havia toda aquela confusão nacional na política de vacinação, avançar, antes do governo federal, na vacinação de vários grupos, lactantes... Eu sou mãe de um bebezinho de nove meses. Durante esse período a gente avançou na vacinação de lactantes, da população



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

quilombola, enfim, um trabalho bem intenso. E o mandato inclui também a primeira mulher negra a estar na mesa diretora da Câmara de Porto Alegre, em 248 anos, e a primeira a presidir uma sessão na cidade. Trazendo outras simbologias ao diálogo democrático na casa.

Dessas prioridades que você tem para o seu mandato, qual você colocaria como a primeira de todas?

O fortalecimento da luta contra a fome. Ao longo de 2021, nós auxiliamos na organização de 13 cozinhas comunitárias, num

processo que auxiliava as comunidades a formar núcleos, que originaram cozinhas comunitárias. E esses espaços servem também para debate, reflexão e auto-organização das comunidades. A gente tem feito uma separação entre o que é cozinha solidária, que se popularizou no período da pandemia, em que pessoas entregam alimentos, e o que a própria comunidade está fazendo, uma força-tarefa de auto-organização. Eu acho que o saldo político – e hoje o PT tem a perspectiva de construção de comitês de luta – é que eu vejo essas cozinhas

como esses espaços, como comitês de luta.

Laura, como você decidiu ser parlamentar? Conte um pouco como começou a sua militância política.

Eu comecei a militar muito cedo. É bem interessante, eu estava fazendo uma retrospectiva. Eu sou de uma geração que pode aproveitar uma ampliação das políticas públicas, da democratização do acesso à educação, eu digo que eu aproveitei muitas políticas dos governos do PT. Sou filha de uma empregada doméstica, mãe solteira de duas filhas. Vi a nossa vida melhorar durante os governos do Lula, minha mãe pôde colocar as duas filhas na universidade federal, minha irmã tem mestrado e doutorado. Quando eu me formei, eu prestei concurso e me tornei funcionária pública em Porto Alegre pela política de cotas. Eu fui forjada por uma série de políticas públicas. Eu comecei a militar exatamente nessa compreensão. Eu tinha 13 anos de idade, aqui no Rio Grande do Sul estava pegando fogo o debate sobre a implemen-

tação da política de cotas na UFRGS, num estado extremamente segregado racialmente. Esse debate dividiu o Brasil, mas aqui foi bastante intenso. E eu comecei a participar das reuniões, com 13 anos de idade, eu estava no ensino fundamental. Quando cheguei ao ensino médio, fui para o movimento estudantil e passei a ter uma militância mais orgânica. E logo depois já ingressei no PT. Eu tinha 14, 15 anos. Então, ser uma parlamentar do PT tem sido mais uma tarefa de militância, entre outras que eu já tive. Foi uma disposição minha, após um debate muito profundo no coletivo Multiplicidade, que a gente construiu aqui em 2018. Nunca havia sido eleita uma mulher negra aqui em Porto Alegre. A necessidade de ter uma bancada negra na cidade era muito latente. É um marco importante, estou muito feliz de fazer parte dessa história.

Houve algum momento em especial que te deu um estalo para disputar a política institucional?

O momento em que eu tive o estalo de concorrer foi após as jornadas de junho de 2013. Aquele processo me levou à reflexão de que estava ocorrendo uma mudança no pensamento, no comportamento da sociedade, e nós precisávamos nos posicionar e nos impor também. Pra ser essa transição no PT. O que era essa transição? Eu só conhecia os governos Lula e Dilma, eu não tenho memória do que era antes. Pra mim, disputar o que seria dali para a frente era um imperativo. Fui eleita pela primeira vez agora, mas em 2016 eu tinha concorrido e cheguei à suplência.

Por que o PT? Pelo que você já falou, tem a ver com sua experiência nos governos petistas.

Sem sombra de dúvida. Eu comecei a militar num período polêmico, digamos assim. Final do primeiro governo do presidente Lula, sua reeleição, o balanço sobre o que haviam sido as várias contradições do nosso primeiro governo, a reafirmação de um projeto nacional de desenvolvimento, a

formação do Psol, que fazia uma disputa muito intensa. Eu tinha algumas críticas, obviamente, a luta no Haiti, temas que eram importantes na esquerda, qual o papel de um partido de trabalhadores à frente de um governo de coalizão. Eu optei por militar no PT porque eu via como um espaço construído como síntese de lutas sociais. E o PT não perdeu isso. E todo esse processo que vivemos, o golpe, a prisão do presidente Lula, demonstrou que isso é real. O lastro social é construído com a síntese de diversas trajetórias. Sobre novas complexidades que surgiram, a partir de nos

tornarmos uma referência tão grande, como hoje somos, com tantos governos, com tantos parlamentares, isso traz uma série de contradições, mas não há nenhuma alternativa, na minha compreensão, de organização de fato da classe trabalhadora, de elaboração para a classe trabalhadora, de não ter apenas um partido que disputa opinião, mas que disputa o poder, a transformação de fato da vida das pessoas.

Das tuas dificuldades aí na Câmara, quais são os obstáculos, como você tem lidado com isso?

Esse ambiente políti-

co com o fascismo tem trazido não só para mim, mas para o conjunto dos parlamentares jovens negros eleitos em 2020, uma pressão muito grande, diária. Especialmente por conta do racismo. São muitas as cenas. Só nós aqui recebemos no último semestre quatro ameaças de morte na Câmara de Porto Alegre. Esses grupos de extrema-direita, neonazistas, fazem um terrorismo psicológico cotidiano. Eu diria que isso é a coisa que mais tem me impactado. Ao longo do ano tive que ir à delegacia prestar queixas. É uma pauta que a gente não quer ficar falando só dela. Eu quero trabalhar numa perspectiva positiva. Mas esse ambiente de certa forma se apresenta também na casa, por parte de um setor, que se não ameaça de morte, é violento de outra forma, na interdição do debate e da agenda. No desmerecimento das nossas pautas. Do ponto de vista institucional, eu já estava preparada. Mas do ponto de vista externo eu não esperava que fosse ser tão virulento assim. Esta tem



FOTO: ARQUIVO PESSOAL

sido a maior dificuldade.

Você foi ameaçada diretamente. Quer falar sobre isso? Algum episódio?

Foram várias ofensas, até chegar nesse nível que chegamos no final do ano passado, de ameaça direta. Estamos recebendo uma série de e-mails com ameaças, ataques. Que vão vir à Câmara, que vão me perseguir. São vários. Há inclusive uma força-tarefa da polícia estadual para tentar localizar, mas é complexo, porque partem de servidores de internet hospedados no exterior, na Indonésia, na Suíça. Mas conseguiram identificar vários, alguns já foram pegos, inclusive.

Em comparação com parlamentares mais tradicionais, mais antigos, que diferença você vê no seu exercício de mandato?

Nós passamos por uma renovação de 50% da câmara. Então, se percebe que de forma geral, independentemente da posição política, todos os novos parlamentares estão mais próximos da população. Eu vejo que do ponto de

vista do recorte racial e de gênero, nossas pautas são mais pesadas. Eu vou dar um exemplo que acho que é melhor do que palavras. Nós elegemos bancadas negras em todo o Brasil, em novembro. No dia 20 de novembro, já tivemos aquele assassinato do jovem negro, Beto Freitas, no Carrefour. Então, se todos os vereadores tiveram aquele momento que a gente chama de “lua de mel”, cerimônia de posse e tudo, nós não tivemos. No dia 20 já estávamos sendo cobrados, ir à polícia, fazer protesto, articular advogado, organizar manifestação com 70 mil pessoas diante do Carrefour. Depois houve o assassinato de uma liderança feminina negra aqui em Porto Alegre. Eu vejo que, como a nossa representação não existia, há uma demanda reprimida de pautas muito grande. Há uma sobrecarga. Nosso público estava carente de poder estar aqui, ter um espaço. Eu organizei uma frente parlamentar dos afro-empresendedores, e muitos disseram que nunca puderam estar na Câmara antes. Essa para mim é uma diferença.

O que você diria para um jovem, uma jovem, que começa a pensar em entrar para a política, iniciar nessa carreira?

Olha, eu sempre pensei na política não exatamente como uma carreira, eu penso como uma atividade. Eu sou jornalista, sou servidora do município de Porto Alegre, e estou vereadora. Amanhã posso estar em outro espaço. Acho que para se colocar à disposição para concorrer, ou para outro espaço institucional, a pessoa tem de pensar naquilo, de fato, como uma doação. Política é um ambiente tenso, pesado se for não feito com o coração, com compromisso, com seriedade, porque é disso que precisamos hoje. Eu diria que é um caminho duro, mas é necessário ter mais pessoas que pensam realmente em mudar de fato o estado das coisas. Ser protagonista da história de nosso país. Então, eu incentivaria, sempre com a cabeça e o coração aquecidos, mas com os pés sempre firmes no chão. ■

Vitor Almeida

Vitor Almeida nasceu em 1999 e foi criado no extremo sul de São Paulo, no bairro Jardim Varginha. Começou sua jornada na fotografia aos dezessete anos, quando ingressou no Curso de Processos Fotográficos oferecido pela escola Etec de Artes. Dentro do curso, foi incentivado a produzir diversos projetos visuais, tendo se identificado com a fotografia documental e com o jornalismo. A partir de experiências pessoais vivenciadas no seu cotidiano como um morador do extremo da capital, Almeida vem retratando diversos temas que abordam os conflitos e interações que atingem esse lado da sociedade.



RETRATO DO ARTISTA: ACERVO PESSOAL

Em Torno Estação Varginha - Vitor Almeida

Esta série fotográfica apresenta quinze cenas cotidianas realizadas em 2017, quando a futura estação Varginha da CPTM estava com as obras inacabadas e paralisadas há aproximadamente quatro anos. No ensaio, além de visualizarmos a situação da edificação, estabelecemos relações com seu entorno, com a ocupação do território e adentramos o olhar atento de seu autor. O artista abordou como os moradores e frequentadores do espaço, crianças e adultos, adaptaram-se e começaram a usufruir do local, tanto com brincadeiras quanto convivendo com o perigo. O trabalho esteve exposto no MIS (SP).





Redes sociais

Instagram: @sanviitor

Site: <https://vitoralmeida389.wixsite.com/sanviitor>

Youtube: [link](#)

AGENDA DE FEVEREIRO DE 2022

Tendo em vista a necessidade de permanecer em casa devido à pandemia mundial de Covid-19, a agenda deste mês será destinada à divulgação de programações online:



Programa Quinzenal Reconexão

Periferias Terça- feira, às 17h (horário de Brasília). No canal da Fundação Perseu Abramo: www.youtube.com/FundacaoPerseuAbramo

Sarau da Unificação

Data: 20/2/2022, às 14h
Onde: Unificação das Quebradas - R. Faixa do Oleoduto, 174 - Pinhal do Miranda, Cubatão - SP

Crochetando empoderamento Crochê com Samaha Rosa

Data: 20/2/2022 (domingo), das 16h às 18h
Onde: Circo da Lua (circo escola) na comunidade do Bairro Novo em Serra Grande - Uruçuça, BA

Crochetando empoderamento Balaio de trocas

Data: 27/02/2022
Onde: Circo da Lua (circo escola) na comunidade do Bairro Novo em Serra Grande - Uruçuça, BA

Festival cultural de matrizes africanas do Brasil

Data: 13/3/2022 às 12h. Onde: Parque das Hortências - Praça Miguel Ortega 500 - Taboão da Serra - SP

“Maracá - Emergência indígena” - série documental de denúncia do genocídio indígena

[Trailer](#)

Episódio 1 - [Plano de Cura](#)

Episódio 2 - [A mãe do Brasil é indígena](#)

Episódio 3 - [Ancestralidade](#)

Episódio 4 - [Antropoceno](#)

Episódio 5 - [Genocídio](#)

Episódio 6 - [Sangue indígena: nenhuma gota a mais.](#)

Episódio 7 - [O grande aldeamento](#)

Programa Voz da Mulher

produzido pela Associação Mulheres na Comunicação - Rádio Web Mulheres na Comunicação

www.mulheresnacomunicacao.com/

Aos sábados, às 8h, retransmitido de segunda a sexta-feira: 6h, 13h, 19h e 23h. O programa está disponível no Spotify, Google Podcasts, Apple Podcasts e Anchor, no canal “Mulheres na Comunicação”

Mente Sistêmica

[link aqui](#)

onde o Coletivo Coisa de Preto vem construindo e reafirmando a sua linguagem e identidade de cinema negro.

Episódios disponíveis [aqui](#)

Episódios da série de vídeos do projeto Formatando Ideias, da Aec-Tea Associação

essa ação foi contemplada pela Chamada Pública do Projeto Reconexão Periferias, da Fundação Perseu Abramo, em parceria da Friedrich-Ebert. Disponível [aqui](#)

OPORTUNIDADES

Edital	Foco	Prazo	Link
<p>Editora da Unicamp promove campanha de doação de livros</p>	<p>Poderão receber a doação dos livros: bibliotecas públicas municipais, de escolas, de universidades, de presídios, de organizações não governamentais sem fins lucrativos, de autarquias, de fundações ou de outras entidades públicas, exclusivamente do estado de São Paulo. A solicitação de doação ocorrerá no período de 10 de setembro a 25 de fevereiro de 2022, mediante preenchimento e envio do termo de doação apresentado no Anexo I do Edital, para o e-mail doacao@editora.unicamp.br</p>	<p>Até 25/02/2022</p>	<p>https://blogeditoraunicamp.com/2021/09/14/editora-da-unicamp-lanca-edital-de-doacao-de-livros/</p>
<p>Prêmio Jovem da Água de Estocolmo</p>	<p>Podem se inscrever jovens entre 15 e 20 anos que possuem algum projeto relacionado ao tema água, saneamento, ou sustentabilidade. Professores e orientadores também podem conferir a oportunidade. O prêmio é organizado anualmente em duas etapas: uma nacional, realizada em cada um dos países participantes, e uma internacional, na qual ocorre a grande final.</p>	<p>Até 05/04/2022</p>	<p>https://abes-dn.org.br/abeseventos/premiojovemaguaestocolmo/</p>
<p>Edital IKI Small Grants</p>	<p>O edital busca projetos de organizações que trabalham no enfrentamento às mudanças climáticas e na conservação da biodiversidade. Podem se inscrever organizações sem fins lucrativos que estejam operando por pelo menos três anos.</p>	<p>Até 15/04/2022</p>	<p>https://capta.org.br/opportunidades/edital-iki-small-grants-esta-com-chamada-aberta/</p>

<p>FuturaAção 2022</p>	<p>A aceleração social FuturAção, ou programa FurutAção 2022, é gratuito envolve treinamentos, mentorias individuais, oficinas de pitch, diagnóstico organizacional, visitas técnicas e outras atividades de apoio. Ao todo, são cerca de 290 horas de atividades com especialistas do terceiro setor e do setor de impacto social. Podem participar: Organizações da sociedade civil (OSCs) com projetos na Região Metropolitana de São Paulo; Possuam CNPJ com no mínimo um ano de abertura; Atendam crianças e/ou adolescentes e/ou jovens.</p>	<p>Até 20/02/2022</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/10467-futuracao-2022</p>
<p>Chamada de projetos Programa Casa Amazônia 2021/2022</p>	<p>Cada associação pode inscrever um projeto que atenda a pelo menos uma das linhas temáticas, que contemplam história, mitos, línguas, medicina tradicional, arte, artesanato, rituais e outros segmentos culturais. O objetivo da chamada é contribuir para o fomento das culturas indígenas por meio do apoio a projetos comunitários da Amazônia Legal voltados para a promoção, valorização, resgate, registro, difusão e transmissão das culturas indígenas.</p>	<p>Até 28/02/2022</p>	<p>https://ispn.org.br/lancado-edital-para-apoio-a-iniciativas-culturais-indigenas-da-amazonia/</p>
<p>Elas Avançam: Ambientes Prósperos para o Protagonismo Feminino</p>	<p>Buscamos projetos que promovam atividades, ações de capacitação e formação profissional, qualificação em tecnologia e/ou desenvolvimento de habilidades e competências que fortaleçam as mulheres e promovam a equidade de gênero. Projetos que contribuam, de forma direta ou indireta, para a construção de um ambiente fértil para o protagonismo feminino por meio de ações como o desenvolvimento de lideranças, o combate ao machismo, atividades no contraturno escolar para crianças, a promoção da saúde e bem-estar, o combate à discriminação e violência de gênero, etc.</p>	<p>inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/9048-elas-avancam-ambientes-prosperos-para-o-protagonismo-feminino</p>

OPORTUNIDADES

<p>Edital LGBT+ Orgulho 2022</p>	<p>Visa a incentivar o desenvolvimento de iniciativas que auxiliem e estimulem a visibilidade, segurança e respeito às pessoas LGBTI+. Apoiar projetos que contemplem o respeito e a valorização da diversidade LGBTI+ em todo o Brasil nas seguintes frentes: gerar oportunidades para inserção no mercado de trabalho; criação de novas unidades produtivas ou expansão das já existentes; implementar novas ideias, transformar em um negócio e gerar mudanças.</p>	<p>Até 04/03/2022</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/10577-edital-lgbt-orgulho-2022</p>
<p>VBIO em busca de projetos</p>	<p>Podem se candidatar iniciativas focadas em temáticas como segurança alimentar, agricultura regenerativa, qualificação profissional de agricultores familiares e agroextrativistas, produtividade agrícola e geração de renda. Plataforma está em busca de projetos nos municípios: Paragominas/PA, Porto Velho/RD, Itacoatiara/AM, Comodoro/MT, Confresa/MT, Paranatinga/MT e São José do Xingu/MT.</p>		
<p>Aliança Regenerativa</p>	<p>Somos diversas organizações socioambientais que, solidárias frente ao sofrimento em Brumadinho, decidiram criar o Fundo Regenerativo Brumadinho. e agir de forma unificada, como sociedade civil, em prol da regeneração de toda a extensão da área afetada, banhada pelo rio Paraopeba. Aceitamos projetos provenientes da comunidade atingida ou iniciativas da sociedade civil em resposta ao crime ambiental do rompimento da barragem do Córrego do Feijão. Pessoas, grupos, coletivos, associações de bairro e qualquer organização da sociedade civil que tenham interesse, experiência e talentos para somar ao processo de apoio a Brumadinho e Paraopeba.</p>	<p>Inscrições contínuas</p>	<p>https://prosas.com.br/editais/6298-alianca-regenerativa</p>

Programa de Aceleração de ONGs		Inscrições contínuas	https://prosas.com.br/editais/6486-programa-de-acelera-cao-de-ongs
VBIO em busca de projetos	Podem se candidatar iniciativas focadas em temáticas como segurança alimentar, agricultura regenerativa, qualificação profissional de agricultores familiares e agroextrativistas, produtividade agrícola e geração de renda. Plataforma está em busca de projetos nos municípios: Paragominas/PA, Porto Velho/RD, Itacoatiara/AM, Comodoro/MT, Confresa/MT, Paranatinga/MT e São José do Xingu/MT.	Inscrições contínuas	https://www.vbio.eco/
Edital da Fundação John Deere	poiar projetos sociais com investimento privado e incentivado que estejam alinhadas à Política de Doações e Patrocínios da John Deere, que possui três pilares de atuação: combate à fome, desenvolvimento comunitário e educação. Para projetos aprovados via Incentivo Fiscal atuamos com as legislações no âmbito Federal, Estadual e Municipal.	Inscrições contínuas	https://prosas.com.br/editais/9250-fundacao-john-deere-banco-de-projetos